

Brasil, 30 de setembro de 2019.

Defender a proposta do Fundeb da deputada profª Dorinha é reafirmar o compromisso com a educação pública

A proposta apresentada no dia 18/09/2019 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados sintetiza as melhores formulações elaboradas sobre a PEC 15/2015, que objetiva tornar o Fundeb permanente. A deputada Dorinha Seabra Rezende propõe o Fundeb permanente considerando o caráter republicano que esta sistemática de sub vinculação de recursos impactou ao democratizar o acesso à educação básica e consolidar importantes políticas públicas, como o piso salarial nacional do magistério.

Para o futuro, a proposta da deputada Dorinha avança ao propor, entre outras conquistas:

- a) Ampliação gradativa da participação da União no Fundeb de 10% para 40%;
- b) Inclusão de 80% da receita da exploração do petróleo e gás natural na cesta do Fundeb;
- c) Criação de um sistema híbrido de distribuição dos recursos da União utilizando o Valor Aluno Ano e o Valor Aluno Ano Total; e ainda, manutenção da destinação de 10% para estados e seus municípios com valor anual abaixo do mínimo nacional;
- d) Instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como regra constitucional;
- e) Ampliação e consolidação da participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação

de projetos, ações e políticas públicas na área da educação básica;

- f) Permissão aos Estados para destinar 10% da cota do ICMS aos municípios que alcançarem melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade;
- g) Determinação de aplicar, no mínimo, 70% da receita do Fundeb na remuneração de profissionais da educação – e não apenas do magistério – em efetivo exercício nas suas redes de ensino;
- h) Vedação do pagamento de aposentadorias e pensões com a receita do Fundeb e dos recursos oriundos dos 25% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- i) Proibição da utilização das receitas do Fundeb em *vouchers*.

É preciso, ainda, manifestar louvor a atuação decisiva do deputado Bacelar (PODEMOS-BA) e dos senadores Flávio Arns (REDE-PR) e Randolfe Rodrigues (REDE-AP) em favor da proposta de tornar o Fundeb permanente com as garantias já mencionadas.

Assim como na luta pela criação do Fundeb, chegou o momento de unir todas as forças em favor da educação básica pública, independente das posições partidárias e convicções ideológicas. Infraestrutura capaz de assegurar acesso e permanência a todos os estudantes, melhoria das condições de trabalho e expectativa de carreira atrativa para os profissionais da educação, além do permanente avanço nos processos de gestão vão garantir o direito à educação para todos os brasileiros e brasileiras. A proposta da deputada Dorinha Seabra Rezende é capaz de impulsionar as condições para que as desigualdades brasileiras sejam superadas porque contempla o investimento necessário,

GRUPO DE EX-PRESIDENTES DA UNDIME EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

o aprimoramento dos processos de gestão e consolida o controle social na educação.

Nós, como ex-presidentes da Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – e, portanto, ex-secretários municipais de educação, que acompanhamos atentamente a evolução da sistemática de financiamento da educação pública brasileira, assinamos, em ordem alfabética, este manifesto de apoio à proposta de substitutivo à PEC 15/2015, apresentada pela deputada prof^a Dorinha Seabra Rezende, como fiéis depositários da luta e da esperança pelo direito à educação.

Adeum Hilario Sauer, presidente da Undime 1996-1997 e 2001-2005

Carlos Eduardo Sanches, presidente da Undime 2009-2011

Cleuza Rodrigues Repulho, presidente da Undime 2007 e 2011-2015

Edla Araújo Lira Soares, primeira presidente da Undime 1986 a 1987 e de 1995 a 1996

Justina Iva de Araújo Silva, presidente da Undime 2007-2009

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, presidente da Undime 2005-2007

Neroaldo Pontes de Azevedo, presidente da Undime 1997-1999 e 1999-2001